



A inspeção escolar e a campanha nacionalista: políticas e práticas na escola primária catarinense

The school inspection and the nationalist campaign: policies and practices in elementary school of Santa Catarina

Ademir Valdir dos Santos
Universidade Tuiuti do Paraná

Resumo

Durante as primeiras décadas do século XX, a educação escolar foi estrategicamente utilizada pelo governo com a intenção de eliminar focos contrários à campanha nacionalista. As escolas primárias catarinenses foram alvo de medidas que objetivaram forjar uma identidade nacional, se opondo à cultura escolar caracterizada pelo uso de língua e costumes estrangeiros. Nosso objetivo é discutir a inspeção escolar como elemento utilizado pelo governo brasileiro para atingir seus intentos nacionalistas durante a primeira metade do século XX. A metodologia é baseada na pesquisa documental, com análise de conteúdo de textos da política educacional produzidos, fontes primárias inéditas sobre a inspeção no âmbito da campanha no Estado de Santa Catarina. Os resultados evidenciaram que a inspeção escolar foi um instrumento usado pelo governo com eficácia para desestruturar as perspectivas culturais das escolas estrangeiras e incutir as orientações nacionalistas.

Palavras-chave: Escola primária. Inspeção escolar. Nacionalismo.

Abstract

In the first decades of the 20th century the government used education as a strategy aimed to eliminate resistances to the nationalist campaign. Elementary schools of the State of Santa Catarina were reached by rules that intended to produce a national identity, in opposition to the school culture characterized by using language and foreign habits. Our aim is to discuss the school inspection as an element used by Brazilian government to reach their nationalist intents during the first half of the 20th century. The methodology is based on documental research, by the content analysis of texts about educational policies produced at the time, new documental sources focusing on school inspection at the nationalization campaign in the State of Santa Catarina. The results evidenced that the school inspection was an efficient instrument used by the government to restructure the cultural perspectives in the foreign schools and inoculate the nationalist orientations.

Keywords: Elementary school. School inspection. Nationalism.

Introdução

No Brasil, políticas e práticas de configuração de um projeto nacionalizador podem ser identificadas nas primeiras décadas do século XX, manifestadas em diversos setores da sociedade, buscando inculcar idéias e valores que resultariam numa homogeneização necessária para que o Brasil ingressasse na modernidade. Nesse cenário, a educação escolar nacional foi compreendida como elemento estratégico para semear e difundir tal nacionalismo, sendo as escolas vistas como locais fundamentais para que se forjassem, na infância e juventude, devotos cidadãos e patriotas. (GERTZ, 1994; SCHWARTZMAN, 1983; SEYFERTH, 1999).

Contudo, a idéia de nação única, que congrega os mesmos valores e partilha sentimentos comuns de pertencimento, estaria ameaçada pela existência, em algumas regiões, de comunidades organizadas com base em aspectos sociais e culturais estrangeiros, antinacionais e isentos daquele patriotismo preconizado pelo governo brasileiro. Por isso, a partir das primeiras décadas do século passado, mas sobretudo durante o Estado Novo (1937-1945), medidas com propósitos nacionalistas atingiram aquelas localidades oriundas da imigração européia, principalmente as do Sul do Brasil.

Fundadas a partir da segunda metade do século XIX, as colônias de imigrantes alemães catarinenses criaram e mantiveram e recriaram aspectos de sua cultura como o uso de língua estrangeira, as práticas religiosas protestantes, além de hábitos e costumes importados que lhes permitiram criar uma identidade própria; nesse processo, as instituições educacionais comunitárias, conhecidas como escolas alemãs – *deutsche schulen* – foram fundamentais na perpetuação étnica da herança cultural trazida. Essas escolas constituíam locais privilegiados de elaboração de conteúdos étnicos e o seu papel educativo foi estratégico, sendo que, na visão que permeou a campanha de nacionalização, as aproximadamente 1 500 escolas alemãs espalhadas pelos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, “[...] deram visibilidade ao grupo ‘alemão’ e o transformaram em paradigma do enquistamento.” (SEYFERTH, 1999, p. 204-205).

Justamente por isso, no âmbito do projeto nacionalizador a educação escolar dos brasileiros assumiu uma dimensão social fundamental e era vital configurar as instituições escolares como um local de aprendizado e de gestão de idéias e valores de exaltação patriótica, de uma nova brasilidade.



Naquele momento histórico, as escolas étnicas foram vistas como ambientes desintegradores que não atendiam à implementação de políticas e práticas pedagógicas sintonizadas com a campanha de nacionalização.

Este trabalho trata dos mecanismos educacionais estrategicamente utilizados com a intenção de eliminar focos contrários ao projeto nacionalista: um aparato legal foi elaborado, contendo diretrizes para a gestão que pretendiam a inserção nas práticas pedagógicas embasadas em novos conteúdos e habilidades, delineando um espaço de reprodução de formas de pensar, sentir e viver conformados ao nacionalismo, o que viria a alterar a cultura escolar original nas escolas das regiões de imigração.

No conjunto de aspectos relacionados à gestão educacional, elegemos a inspeção escolar como elemento para análise da natureza e alcance dos intentos nacionalistas durante a primeira metade do século XX. Quanto à metodologia empregada, nossa pesquisa documental se apoiou na análise de conteúdo de textos da legislação educacional à época, que fornecem alguns elementos para a constituição histórica da atividade de inspeção e discutem seu papel no âmbito da campanha de nacionalização no Estado de Santa Catarina, com base nas seguintes fontes primárias: Disposições relativas ao ensino privado, editadas em 1919; Revista do Ensino Primário, de setembro de 1922, onde está encartada a legislação educacional catarinense da época e que aparece sob o título Legislação escolar; Programma de ensino das escolas isoladas das zonas coloniais, de 1926; livro de termo (de inspeção escolar), que relata visitas realizadas a partir de 1936 em uma escola primária rural catarinense; relatório da direção da Companhia Colonizadora Hanseática, fonte inédita recolhida no arquivo do Estado em Hamburgo (*Staatsarchiv Hamburg*), Alemanha (*BERICHT der Kolonie-Direktion hammonia über das Jahr 1904*). Ao lado disso, argumentamos com base em bibliografia da História da Educação.

Inicialmente, trazemos alguns elementos para contextualizar a questão educacional catarinense quanto às escolas primárias estrangeiras no ambiente das primeiras décadas do século passado. A seguir, identificamos referências históricas sobre a inspeção escolar e suas funções no cenário educacional brasileiro. Imediatamente, apresentamos uma análise de relatórios de inspeção escolar elaborados no período de nacionalização. Por fim, discutimos as relações entre o serviço de inspeção escolar e a campanha nacionalista em território catarinense.

As comunidades de imigrantes, as escolas e o nacionalismo: uma legislação para o abasileiramento

Nas comunidades sulinas de imigrantes alemães foi fato comum, logo nos primórdios da colonização, a criação de escolas para a aprendizagem das primeiras letras. Mas como surgiu esse tipo de instituição educativa? Podemos afirmar que sua origem está relacionada à vinda de imigrantes alemães para o Brasil a partir do século XIX. Nas suas colônias, esses sujeitos construíram espaços representativos de suas instituições sociais: casas; capelas e igrejas; salões para atividades de canto, bailes e outras comemorações diversas, que, às vezes, foram aparelhados também para práticas desportivas como a ginástica, o tiro ao alvo e o bolão. Mas a edificação de escolas para a instrução elementar ocupava lugar central nas preocupações das comunidades. Determinadas pela qualidade das relações humanas com o meio ecológico, tais edificações podem ser identificadas com uma cultura simbólica e material específica. Dentre o complexo cenário de institucionalização nas comunidades de imigrantes, destacou-se, por sua natureza e finalidade social, a instituição escolar por eles criada: a *deutsche schule* ou escola alemã. Cabe destacar, porém, que se observam diferenças entre aquelas construídas em ambientes urbanos e as escolas simples das regiões rurais. Mas para efeito de maior compreensão, traremos elementos para uma precisão conceitual: o que é a escola alemã?

No I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1963, Schaden apresentou argumentos que queremos tanto evidenciar como revitalizar, os quais tratavam dos "Aspectos históricos e sociológicos da escola rural teuto-brasileira." Um primeiro e fundamental elemento citado dizia respeito ao conceito ora em exposição: "O sistema escolar teuto-brasileiro constituiu-se de forma bastante complexa. A sua notável diferenciação interna tem sido escamoteada não raro pela designação corrente de 'escola alemã'. (SCHADEN, 1963, p. 65). Disso decorreu a proposição de uma tipologia, distinguindo três das "múltiplas formas de transição" daquela instituição escolar: "1º, escolas alemãs propriamente ditas, surgidas sobretudo em núcleos urbanos e mantidas, em sua maioria, por sociedades escolares; 2º, escolas comunitárias ou coloniais, características das zonas de fraca densidade demográfica, e, 3º, escolas mantidas por congregações reli-



gias alemãs [...]” (SCHADEN, 1963, p. 65); acrescenta, a seguir, que a “[...] segunda categoria, correspondente à genuína escola teuto-brasileira.”

As escolas teuto-brasileiras tratadas, muitas vezes, como forma histórica da escola alemã, são unidas por alguns traços fundamentais. E a tipificação sugerida nos fornece os critérios para seu estudo enquanto espaço educativo: a) eram estabelecimentos somente de ensino primário; b) foram fundados por iniciativa dos próprios imigrantes, colonos de zonas rurais ou de áreas de incipiente urbanização; c) ao longo de décadas, foram sendo transformadas ou mesmo desapareceram em sua forma originária, em função de determinações legais das políticas educacionais e da expansão da rede oficial pública que, de certo modo, a substituiu; d) caracterizavam-se pela ambigüidade, expressas nos conflitos culturais entre a necessidade e conveniência de integração ao meio nacional e a manutenção e transmissão de valores e padrões de sua cultura própria; e) estavam estreitamente ligadas aos problemas internos da comunidade; f) mantinham uma integração incompleta, sob a ótica cultural, se vistas no conjunto das instituições que regiam a vida social dos grupos de imigrantes. (SCHADEN, 1963). Essa categorização é uma premissa que consideramos nas nossas investigações sobre a história de instituições escolares rurais catarinenses das primeiras décadas do século passado.

233

Diversas pesquisas no campo da história das instituições escolares focalizam a categoria que se tem designado como “escola alemã” – *deutsche schule*. Sob larga visão, falar de escolas alemãs tem implicado localizar as experiências históricas de criação, manutenção, transformação e extinção de ambientes escolares aninhados em regiões de fixação de imigrantes durante o século XIX e primeiras décadas do século passado. Porém, do mesmo modo que a adoção da categoria escola sob perspectiva teórico-metodológica de homogeneidade conduz a distanciamentos na compreensão dos fenômenos educativos, o tratamento das práticas relacionadas ao espaço escolar requer considerar a diversidade das instituições que cunhamos com aquela genérica e ampla designação. As escolas primárias catarinenses – objeto de nosso interesse – se situavam em áreas rurais do nordeste do estado, cujas comunidades ainda mantinham traços de identidade germânica bastante marcantes.

Mas as primeiras medidas nacionalistas de após a I Guerra Mundial exigiram transformações nas escolas dos imigrantes. A partir de então, a administração e os professores deviam ser brasileiros natos e falantes do português e o currículo precisava incluir noções de civismo, geografia e história pátrias.

Quanto às disciplinas agora necessárias, o Decreto n. 1063, de 8 de novembro de 1917 assim rezava :

Art. 1. As escolas estrangeiras deverão incluir nos seus programmas o ensino das seguintes matérias, em língua vernácula:

- 1) linguagem oral e escripta;
- 2) historia do Brasil e educação cívica;
- 3) geographia do Brasil;
- 4) cantos e hymnos patrióticos. (SANTA CATARINA, 1919, p. 8).

Diversas instituições fecharam porque não conseguiram atender às exigências colocadas pelo conjunto da legislação. O artigo 1º. do Decreto n.º 1290, de 16 de outubro de 1919, não deixa dúvidas quanto às exigências feitas às escolas estrangeiras catarinenses, inclusive apontando as regiões onde se concentravam tradicionais escolas alemãs, instituições sobre as quais havia desconfianças, especialmente em função das questões políticas que envolveram a Alemanha na I Guerra Mundial e que impulsionaram o governo brasileiro a investigar a natureza das instituições germânicas em território nacional:

Ficam desde já fechadas as escolas particulares reabertas em Blumenau e Joinville e em outros quaesquer municípios do Estado com transgressão do decreto n. 1063, de 8 de novembro de 1917, e bem assim as escolas particulares ou municipaes regidas por professores que, impedidos de funcconar em virtude das ordens do Governo Federal baixadas em 1917, não tenham sido examinados de accordo com a legislação estadual. (SANTA CATARINA, 1919, p. 12).

Consideradas somente as chamadas Disposições Relativas ao Ensino Privado, publicadas pelo governo estadual catarinense em 1919, vemos que consistiam em um conjunto de sete leis – todas focalizando os estabelecimentos de ensino estrangeiros, pois eram tidos como iniciativas de ensino particular, salvo nos casos em que as escolas fossem subsidiadas pelos cofres públicos estaduais ou municipais. Conforme a Lei n.º 1283, de 15 de setembro de 1919, no seu parágrafo 1º., “Por escolas estrangeiras entendem-se aquellas em que uma ou mais matérias são ensinadas em língua estrangeira, ainda que o professor seja nacional.” (SANTA CATARINA, 1919, p. 12).



Justamente por isso, a ênfase num currículo cujas disciplinas servissem ao abasileiramento foi uma das medidas mais recorrentes da campanha nacionalizadora, visando atingir as salas de aula. Encontramos no artigo 22 da citada lei: “§ 2. As escolas particulares ficam obrigadas a incluir em seus programmas o ensino de historia e geographia do Brasil, devendo haver semanalmente ao menos duas aulas de cada um dessas disciplinas.” (SANTA CATARINA, 1919, p. 11).

Aliás, o próprio Regulamento Geral da Instrução Publica do Estado de Santa Catharina, posto pela Lei n. 967, de 22 de agosto de 1913, na secção III, artigo 72, que tratava dos programas das escolas observava que “A geographia, a historia e a educação civica, serão dadas mais sobre o ponto de vista educativo do que propriamente instructivo.” (REVISTA DE ENSINO PRIMÁRIO, 1922, p. 12). Isso evidencia a preocupação com o aspecto formativo doutrinário que a legislação de então previa, buscando servir aos propósitos nacionalizadores.

Na era Vargas, as políticas públicas em educação determinaram que as antigas escolas fossem incorporadas às redes públicas estaduais e municipais. Consideradas essas medidas coercitivas nacionalistas, podemos perguntar qual o seu impacto na educação escolar, passando então a tentar identificar como as determinações da legislação educacional da época, inoculadas pela inspeção escolar, ocasionaram transformações na gestão e nas práticas pedagógicas nas escolas primárias catarinenses. Em que medida as determinações da Diretoria de Instrução Pública e do Departamento de Educação foram atendidas pelos inspetores e seus auxiliares? O quanto essa ação promoveu a pretendida integração a uma cultura brasileira autêntica das escolas e de seus atores, conformando-os aos propósitos da campanha nacionalista? Quais os efeitos da campanha de nacionalização sobre os conteúdos, práticas pedagógicas, estruturas e mecanismos de gestão escolar? Em que as escolas primárias catarinenses se afastaram da caracterização social e cultural historicamente constituída, alterando sua identidade e internalizando a ideologia governista? De fato, se atingiu o escopo de “[...] remover do território nacional a aparelhagem desnacionalizadora do ensino primário estrangeiro?” (SCHWARTZMAN, 1983, p. 362).

No cotidiano das escolas primárias localizadas em comunidades de imigração alemã no Sul do Brasil, as práticas pedagógicas foram alvo de inúmeras medidas educativas nacionalistas. Especialmente nas antigas escolas

alemãs – *deutsche schulen* – alguns aspectos foram alvo de maior atenção: a administração por parte de brasileiro nato, a exigência do uso da língua vernácula, a ênfase no estudo de História e Geografia do Brasil e nas noções de civismo e, na Educação Física, a prescrição de atividades que inculcavam a idéia de ordem, obediência e os valores de exaltação dos personagens e símbolos nacionais. Na verdade, uma variedade de recursos foi utilizada, diante da insistente exigência e criteriosa verificação do atendimento às recomendações governamentais. Os professores, por exemplo, atendendo às determinações do Departamento de Educação, deviam ocupar-se, quotidianamente, de elaborar atividades que inculcassem nas crianças o patriotismo idealizado. Foram corriqueiras as homenagens cívicas diárias, muitas vezes, com presenças da comunidade. Passeatas, pelotões, pequenas paradas: gradativamente, aspectos de uma prática pedagógica com molde militarista foram inseridos nas escolas. (SEYFERTH, 1999; SANTOS, 2008).

Sabemos, portanto, que no panorama social do período, as escolas estrangeiras constituíam instituições vistas como local privilegiado para a elaboração de conteúdos alienígenas, não autenticamente brasileiros. Cabe discutir, então, o modo como se deu, na internalidade das instituições escolares situadas em comunidades étnicas, a implementação da proposta nacionalista. E focalizar qual o papel dos inspetores escolares na campanha de nacionalização.

Aspectos históricos da inspeção escolar

A inspeção (do latim, *inspec-tiō-onis*) etimologicamente significa “ato de ver, vistoriar, examinar.” (CUNHA, 1994, p. 439). No contexto da educação brasileira, as primeiras atividades que podemos associar à inspeção – ou mais de acordo com a linguagem da época, à supervisão – podem ser localizadas no Império. Assim, destacamos:

O regulamento de 17 de fevereiro de 1854, no âmbito das reformas Couto Ferraz, estabeleceu como missão do inspetor geral ‘*supervisionar, seja pessoalmente, seja por seus delegados ou pelos membros do Conselho Diretor, todas as escolas, colégios, casas de educação, estabelecimentos de instrução primária e secundária, públicos e particulares.*’ [...] Além disso, cabia também ao inspetor geral presidir os exames dos professores e lhes conferir o diploma,



autorizar a abertura de escolas particulares e até mesmo rever os livros, corrigi-los ou substituí-los por outros. (SAVIANI, 2002, p. 23).

A figura do inspetor, nomeado de diferentes modos ao longo da história em acordo com sua situação hierárquica e função, acompanhou as transformações educacionais: Inspetor-Geral ou Paroquial no período imperial, Inspetor de Distrito ou Supervisor na era republicana; em alguns momentos, os serviços de Inspeção foram denominados de Diretoria de Instrução. (SÁ; SIQUEIRA, 2000; SAVIANI, 2002). Na legislação catarinense, no Regulamento Geral de 1913, os inspetores são listados no Título I – Da direcção suprema do ensino:

Do Governador do Estado

Art. 1. A direcção suprema do ensino cabe ao Governador do Estado, que terá como auxiliares:

- a) o Secretario Geral;
- b) o Inspector Geral do Ensino, em comissão;
- c) o Director da Instrucção;
- d) os Inspectores Escolares;
- e) os Chefes Escolares. (REVISTA DE ENSINO PRIMÁRIO, 1922, p. 2).

237

Denotando a importância da inspeção, o capítulo VI do mesmo Regulamento trata “Dos Inspectores Escolares” em dezessete artigos, especificando aspectos como os critérios de sua nomeação, a divisão dos distritos escolares a inspecionar, o regime de trabalho e suas incumbências. Destacamos os parágrafos 5º. e 10º. do artigo 27, pela sua relação com aspectos de controle que podem ser vinculados às orientações nacionalistas:

§ 5º. Instruir os diretores dos grupos escolares, professores das escolas isoladas e das ambulantes no cumprimento dos respectivos deveres, conforme os regulamentos, ordens e instruções do Governo;

[...]

§ 10º. Visitar os estabelecimentos de ensino municipaes, particulares e subvencionados pelas municipalidades, observando se respeitam as leis e os regulamentos, sobretudo quanto ao ensino



da língua vernácula e á hygiene [...]. (REVISTA DE ENSINO PRIMÁRIO, 1922, p. 6-7).

Ficavam, assim, estabelecidas as funções de vistoria e supervisão das quais a inspetoria se incumbia. E em tempos de campanha nacionalista, as orientações do governo previam verificar o seu atendimento quanto à educação escolar. Dentre as várias preocupações, a questão lingüística pode ser destacada como um dos alvos centrais das ações da Inspetoria Geral do Estado de Santa Catarina. Nessa direção, o Decreto nº. 1944, de 27 de fevereiro de 1926, que estabelecia o *Programma de ensino das escolas isoladas das zonas coloniaes*, apontava o problema que constituía o pouco uso ou mesmo desconhecimento da língua portuguesa nas escolas estrangeiras: “[...] considerando que, nas zonas coloniaes, grande numero de crianças fala mal ou mesmo desconhece a língua nacional, o que torna inadequado o mesmo programma;” (SANTA CATARINA, 1926, p. 3). A exigência do uso do vernáculo nas escolas de imigrantes foi compreendida como aspecto fundamental na transformação das práticas pedagógicas que visavam nacionalizar. A extinção do uso do idioma alemão consistia em estratégia essencial para que a campanha atingisse seus objetivos. (LUNA, 2000; SANTOS, 2008). Diante desse contexto, passamos, agora, a apresentar o teor de relatórios de inspeção escolar elaborados em território catarinense no período.

238

Os relatórios de inspeção

Nosso escopo é identificar a penetração das prescrições da campanha nacionalista por meio da análise dos relatórios do livro de termos de visita elaborados pelos inspetores escolares, que executavam um papel de supervisão, verificando o atendimento das orientações constantes na legislação quanto à gestão, à docência e às práticas pedagógicas nas unidades escolares. Destinado ao registro das visitas de inspeção, o chamado livro de termos integrava a documentação das escolas e sua existência estava prevista no artigo 3º. do Decreto nº. 1063, de 8 de novembro de 1917: “Todas as escolas estrangeiras deverão ter um livro de termos, no qual as autoridades escolares lançaram as suas observações, advertências e penas.” (SANTA CATARINA, 1919, p. 9). A legislação também previu as visitas dos inspetores



nos distritos que subdividiam o território catarinense, conforme especificava a Lei nº. 1.230, de 30 de outubro de 1918:

Art. 7. Os inspectores escolares deverão visitar constantemente as escolas e os estabelecimentos de ensino estadual, particular e municipal de seus districtos, obrigando os respectivos directores ou professores a cumprir os regulamentos e leis em vigor, bem como organizar o movimento escolar dos seus districtos, de accordo com os modelos existentes, e enviar ao Director de Instrucção. (SANTA CATARINA, 1919, p.10).

O livro de inspeção que serve como base para nossa investigação é datado em seu termo de abertura de 1º. de julho de 1936 e se destinava ao relatos da visitação do inspetor escolar à Escola Mista Estadual de Estrada Isabel, localizada no distrito de Hansa, na área rural do atual município catarinense de Jaraguá do Sul. Cabe informar que essa instituição, então integrada ao sistema estadual, havia sido criada por uma Sociedade Escolar vinculada à Comunidade Evangélica Luterana local e até o momento de intervenção no Estado Novo era dirigida pela iniciativa particular das famílias de alunos. De fato, como verificamos em pesquisas sobre as origens das escolas alemãs nas zonas coloniais catarinenses, sua fundação remontava ao início daquele século. Foram os alemães e seus descendentes que deram início àquela escola, conforme explica um relatório da direção da companhia colonizadora que vendera os lotes de terra aos imigrantes chegados no final do século XIX, documento inédito no qual essa escola fundada na região da Vila Isabel aparecia, em 1904, com o nome de *Isabella-Strasse*. (BERICHT DER KOLONIE-DIREKTION HAMMONIA ÜBER DAS JAHR, 1904, 1905, p. 13).

A abertura do livro é assinada pelo inspetor escolar que também rubricou todas as suas cinqüenta folhas, embora os termos de visita ocupem até a folha de número quarenta e um. Em ordem cronológica, a primeira visita foi registrada em 16 de junho de 1937 e a última data de 21 de junho de 1974. Exploramos, sobretudo, os escritos dos anos trinta e quarenta, embora alguns termos de visita da década de cinqüenta também sejam arrolados por trazerem dados interessantes para argumentos que apresentaremos quanto à relação entre o serviço de inspeção e a permanência da proposta de nacionalização após o Estado Novo.

A análise dos vários registros de inspetores escritos nesse livro nos permite identificar uma estruturação semelhante quanto à estruturação da redação, mesmo se comparamos textos elaborados por diversos inspetores, em diferentes épocas do período em análise. Geralmente, o relato dos termos de visita iniciava com a identificação da escola e a descrição da classificação e qualificação do professor, que aparece designado como regente ou interino, auxiliar, provisório, titulado ou não titulado, normalista ou não normalista. A seguir, no item matrícula, era registrada a quantidade de alunos por turma. A frequência mostrava os percentuais de frequência do dia da visitação do inspetor, contabilizando os faltantes e eventuais desistentes. Esse controle sobre a população atendida nas escolas era um dado que servia para informar ao governo a penetração de sua proposta pedagógica no universo de instituições transformadas: havia uma grande preocupação com a formação da infância, pois se entendia que era preciso "abrasileirar" as crianças descendentes de imigrantes, gerando os futuros cidadãos necessários à Pátria brasileira. Tal controle pretendido foi exarado na Lei 1.283, de 15 de setembro de 1919:

Art.23. Todas as escolas particulares ficam obrigadas a enviar aos inspectores escolares dos respectivos districtos, até o dia 15 de cada mez, o mappa da matricula e frequênciã do mez anterior, sob pena de multa de dez a vinte mil réis e suspensão no caso de não o fazerem durante seis mezes. (SANTA CATARINA, 1919, p. 11).

Esse mesmo aspecto já estava previsto no Regulamento Geral de 1913, que listava entre as incumbências do inspetor o controle das frequências docentes e discentes:

§ 6º. Verificar se a escola tem a matricula e a frequencia dos últimos mappas enviados pelos professores para o que, ao sair da Directoria da Instrucção, já levará os dados de todas as escolas do districto;

§ 7º. Fazer rapidamente as visitas administrativas, de modo que lhe seja possível observar, no mesmo dia, a frequencia dos professores e a dos alumnos em todas as escolas da localidade onde chegar;

§ 8º. Permanecer na escola desde a sua abertura até o encerramento, em visitas technicas, nos dias immediatos ao que fala o § anterior, para:

a) bem observar a escripturação;



- b) fazer repetir as aulas dentro do horário, que verificará nessa ocasião. (REVISTA DE ENSINO PRIMÁRIO, 1922, p. 6).

Continuando a escrita do termo, seguia uma descrição da(s) sala(s) de aula, de seu mobiliário e do material didático em uso pelo professor e seus alunos. A denominada “escrituração” se referia ao “correto e atualizado” preenchimento de documentos como os livros de chamada, de matrícula e de registro de exames. Quanto à aprendizagem, eram feitas apreciações que podem ser indiretamente avaliadas através do item “aproveitamento”, em que o inspetor, muitas vezes mediante a aplicação de alguma testagem por ele mesmo elaborada, verificava as habilidades de leitura e de uso linguagem oral, a assimilação de conteúdos de Educação Moral e Cívica, de Aritmética, Língua Portuguesa, História e Geografia. O relatório de visita finalizava com uma “impressão geral” e com as “recomendações”. Assim, a inspeção escolar tomava caráter amplo, dedicando-se à avaliação de questões de infra-estrutura, de gestão escolar e didático-pedagógicas. Portanto, o inspetor devia checar o tipo de aula que os professores ministravam, quanto a aspectos metodológicos e de conteúdo:

[...] observar se o professor está leccionando de acordo com os processos indicados, e, no caso contrario, fazer novas aulas, avisando ao professor que noutr inspecção verificará a execução das suas determinações, feito o que lavrará o termo de visita, do qual constarão as suas determinações. (REVISTA DE ENSINO PRIMÁRIO, 1922, p. 6).

241

As visitas de inspeção às escolas das comunidades rurais deixaram registros que nos permitem descortinar a ótica governamental, uma vez que assimilavam as orientações do Departamento de Educação, a serviço da nacionalização. Ou seja, os relatórios evidenciam a relação entre a legislação oficial expressa nas leis, decretos, regulamentos e convenções do período e os modos como os inspetores demonstraram seguir a orientação dos objetivos educacionais preconizados, desvelando intencionalidades e comprometimentos.

O termo de inspeção do dia 16 de junho de 1937 ajuda a perceber a organização da escola naquele momento. Como a maioria das escolas comunitárias rurais catarinenses, era multisseriada. Atendia 50 alunos, sendo 29 crianças no 1º. ano, outras 14 no 2º. e apenas sete do 3º. O inspetor observou que o regente atuava em caráter provisório, por causa do recente

afastamento do professor que lecionava utilizando a língua alemã. Quanto às condições materiais, segundo o texto, “os bancos escolares eram antiquados e estavam em regular estado de conservação” e “[...] faltava o seguinte material didático: um mapa do Estado, uma Bandeira Nacional, giz, penas, tintas e papel almaço e livros didáticos.” Já “[...] a escrituração estava sendo feita conforme os modelos oficiais, mas com algumas rasuras e emendas; conferia.” (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 3). Contudo, foi feita uma observação mais contundente do ponto de vista didático:

[...] o aproveitamento dos alunos foi sofrível em todas as matérias. Notei nulidade em Líng. nal; a leitura pouco desembaraçada e clara; os alunos do 3º. ano estavam regularmente encaminhados em aritmética e os do 2º. ano já resolviam problemas sobre as quatro operações; o conhecimento da história Pátria, Geografia e Educação Cívica não satisfazia. (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 3).

242

O que se nota é a já referida centralidade da questão lingüística no âmago da proposta nacionalista. Por isso, o domínio da língua nacional era um aspecto essencial a inspecionar. Curiosamente, nos parece que, à época, havia uma ingênua pretensão dos legisladores. Ou seja, de que, com base no que foi estabelecido pela legislação nacionalista até então exarada, que exigia o uso do vernáculo pelos professores e alunos nas escolas, de um momento para outro as crianças e suas famílias aprendessem e utilizassem com correção o português. Mas sabemos que o uso da língua alemã, nas colônias rurais, ainda era majoritário nas relações sociais cotidianas. E mesmo os professores que até então atuavam muitas vezes conheciam melhor a língua alemã do que a portuguesa. E os docentes nomeados que chegaram às comunidades para substituir os antigos mestres que ensinavam em alemão encontravam dificuldades na comunicação com os alunos e suas famílias, bem como no ensino em português para ouvintes que, obviamente, apresentavam dificuldades de compreensão. (BOMENY, 1999; LUNA, 2000; SANTOS, 2008).

À inspeção cabia mostrar o compromisso com a perspectiva de que a escola necessitava de uma reformulação em suas práticas. Os aspectos pedagógicos próprios das escolas alemãs foram tratados como prejudiciais à educação, principalmente pela não utilização do vernáculo e por pretensamente ignorarem os valores genuinamente brasileiros. Em um de seus termos,



um inspetor deixou recomendações que confirmavam suas preocupações, salientando sua responsabilidade com a ideologia educacional apregoada pelo governo:

Introduzir nas aulas de leitura e linguagem oral, a reprodução dos textos lidos e a conversação animadora sobre todas as cousas úteis e agradáveis, que interessam as crianças; cuidar, com ardor, da pronúncia correta e da significação dos vocábulos; aprimorar a aprendizagem da aritmética, direcionando-se até o perfeito desembaraço, nos pontos do programa; animar as crianças para o conhecimento da nossa História, da nossa Geografia, procurando meios intuitivos e atraentes (mapas, revistas, desenhos no quadro, visando à conservação de tudo que lhes fossem explicado; não esquecer as lições sobre a educação moral e cívica, sobre a higiene em geral. (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 3).

Naquele momento histórico, podemos estimar que a tarefa docente não era simples do ponto de vista didático. Os professores substitutos se encontravam diante de um grupo de crianças que falavam, apenas, os dialetos alemães da sua comunidade e cujos referenciais culturais eram fruto da imigração. Não é difícil imaginar a expressão oral do alunado que resultava, gradativamente e com esforço, da aprendizagem da língua portuguesa. Resultava marcada pelo sotaque: os “erres” diferentemente articulados, a entonação das sílabas que apresentam o til, as trocas de letras, pois entre os bilíngües teuto-brasileiros, alguns elementos da fala do português são característicos. Por exemplo, a pronúncia equivocada dos sons de erres, em termos como *carroça*; a não-nasalização na pronúncia de sílabas com til, que fazem o termo “*pão*” ser pronunciado como “*pom*”, confundindo-se com o termo “*bom*”. Do ponto de vista de uma gramática normativa tradicional, havia erros condenáveis e que deviam ser eliminados.

Esse aspecto era privilegiado ainda nos relatórios de Ensino Primário Geral que deviam ser preenchidos e encaminhados à Inspeção Geral, especificamente no item 24 – Liga Pró-Língua Nacional, através das perguntas: “Os alunos das primeiras séries têm sotaque estrangeiro? Todos ou parte? Qual o idioma que essa prosódia reflete?” (SANTA CATARINA, s.d). Verifica-se a preocupação com a língua como elemento vital na caracterização de uma população vista como genuinamente brasileira. Uma explicação dada pelo

inspetor no seu parecer busca justificar a situação em que a escola se encontrava, devido especialmente à natureza da ação docente. E ele explicou:

Ao atual professor não lhe cabe culpa sobre o fraco aproveitamento de seus alunos, porque faz quarenta dias que iniciou o exercício nesta escola. O atraso deduz-se pelo desleixo mantido pelo ex-professor [...] que sendo mestre nessa escola estadual e muito recomendado pelo meu antecessor, sôbre o ensino das matérias em vernáculo, ministrava todas as aulas no idioma alemão. (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 3).

Cabia ao professor designado, sob as orientações da inspeção, atender aos preceitos nacionalistas do Departamento de Educação e da Inspetoria Federal. Em 26 de julho de 1938, numa nova visita, o professor substituto foi elogiado pelo inspetor, sendo destacada sua atuação em prol da consecução dos objetivos de nacionalização:

O sr. Professor rege esta escola desde o mês de maio do ano de 1937, tendo melhorado muito a aprendizagem e o entendimento do idioma nacional dos alunos. O sr. Professor é esforçado e dedicado. Por isso, recomendo-lhe continuar reforçando as suas atividades na defesa dos sentimentos de brasilidade dos alunos. (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 4).

Ao lado dessa referência à postura docente, o inspetor aproveitou o parecer para enfatizar aspectos pedagógicos caros à campanha nacionalista, momento em que enfatiza o aspecto lingüístico e os conteúdos formativos das atitudes cívicas, no caso chamando atenção para a disciplina de Educação Física. Assim, a inspeção cumpria seu papel:

Recomendações ao professor: Intensificar o estudo da linguagem oral, parceladamente. Exigir dos alunos uma voz alta e clara na leitura, como quando tiverem de responder as perguntas. Nos exercícios de educação física exigir o emprego de energia e perfeição nos movimentos. Organizar abundantes problemas sobre cada assunto. (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 4).



Já na visita à mesma escola, em 28 de setembro de 1939, chama a atenção para o fato de que o alcance da nacionalização, pelo menos quanto ao incremento na utilização da língua portuguesa, ainda não satisfazia: “Havia, no entanto, falta de entendimento e de manejo da linguagem vernácula. Poucas eram as expressões conhecidas dos alunos. Mesmo no 3º. ano, havia vacilação. Ao par disso estava a timidez acentuada.” (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 4). O fator língua nacional continuava como objeto da inspeção, como registrou também o inspetor na visita de 11 de julho do ano seguinte: “A leitura foi mais ou menos boa, faltando, porém, a compreensão dos assuntos lidos.” (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 5).

O acompanhamento da seqüência de termos de visita de inspeção registrados mostra que, embora a legislação solicitasse visitas freqüentes às unidades dentro do ano letivo, no caso de escolas localizadas em zona rural, pelo menos nas condições existentes naqueles anos 1930–40, a presença do inspetor se dava, apenas, por uma visita anual. Isso pode ser atribuído, em parte, à exigência do artigo 18 do Regulamento Geral, em que consta que “Os inspectores escolares residirão na capital, onde, todavia, não poderão permanecer mais de 15 dias, excepto durante o período das férias escolares.” (REVISTA DE ENSINO PRIMÁRIO, 1922, p. 6). Nesse artigo ficava estabelecido, ainda, que os inspectores não tinham distrito fixo designado, deviam dedicar dois meses de inspeção aos grupos escolares da capital e que o seu serviço fora dela dava direito à diária estabelecida.

O termo de visita de 27 de outubro de 1941 nos diz sobre a continuidade da proposta de nacionalização, especialmente porque foi assinado por um novo inspetor escolar, configurando que entre esses profissionais da educação havia um entendimento e ação comuns. Vejamos trechos que apontam tal perspectiva de seguimento às orientações governistas:

Aproveitamento: regular em leitura e insuficiente em linguagem oral e aritmética, **devido ao meio ainda pouco nacionalizado**; há 2 alunos de origem italiana, 2 de polonesa e 84 de alemã;

[...]

Impressão geral: regular a boa; **o trabalho de nacionalização vai em bom caminho** e o professor é assíduo e pontual no cumprimento de seus deveres. (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 6, grifo nosso).

Continuando sua redação, o inspetor se esmera nas recomendações, propondo orientações quanto à questão da língua nacional não somente ao professor, mas solicitando, também, o empenho das famílias dos alunos para que as novas aprendizagens fossem efetivadas. Isso ratifica o argumento de que os idealizadores e defensores do nacionalismo compreendiam que as propostas educativas para a escola primária teriam maior êxito se também fossem atingidos os lares dos imigrantes, pois o cultivo da língua estrangeira e de outros hábitos tidos como estranhos à nacionalidade brasileira eram nutridos no ambiente doméstico. Hugo Bethlem, defensor ferrenho das idéias de Getúlio Vargas e da necessidade de uma campanha de nacionalização intensiva, publicou, em 1939, o livro *Vale do Itajaí – Jornadas de Civismo*, no qual arrola inúmeros argumentos com os quais caracterizava o perigo que representavam as colônias alemãs e sua gente, esta burilada desde a infância com base em padrões anti-brasileiros:

Cincoenta anos de descuido conduziram a esta mentalidade chocante e perigosa e essas crianças, inconscientemente conduzidas pelas mãos dos semeadores de desgraças, ainda podem, porém, ser salvas, porque se nacionaliza o ensino, porque se nacionalizam as sociedades, porque se envereda pelo púlpito, proibindo o sermão em outras línguas, porque se pretende fechar os jornais em idiomas estrangeiros, porque se luta com o escotismo para a formação da mentalidade cívica, porque se procura **catequisar o lar**. (BETHLEM, 1939, p. 20, grifo nosso).

Noutro momento de sua obra, Bethlem explicita o que entende como um pernicioso papel na formação da infância realizado pelas instituições sociais educativas estrangeiras, momento em que arrola a família e a escola: “Atualmente, o ciclo evolutivo da formação da mentalidade germânica, nos brasileiros dos núcleos coloniais alemães, começa no lar – o “joelho da mamãe” – passa para o jardim da infância (*Kinden Garten*), em seguida para a escola (*Deutsche Schule*) [...]” (BETHLEM, 1939, p. 42). Portanto, ferrenhos argumentos endereçados às escolas estrangeiras podem ser localizados entre os simpatizantes do nacionalismo.

Constatamos um hiato temporal no livro de termo, uma vez que, seqüencialmente, a próxima visita registrada data de 5 de setembro de 1944. Mas embora haja essa descontinuidade nos registros, que pode indicar a ausência de inspeção durante quase três anos, verificamos que o inspetor que redige e



subscrive o termo é o mesmo que supervisionou aquela escola anteriormente. E a questão nacionalizadora continuava presente, agora enfatizando as disciplinas às quais cabia moralizar e abasileirar as crianças: “Aproveitamento: [...] bom a muito bom e educação moral e cívica principalmente quanto ao ensino, digo, ao uso da língua nacional que vai se tornando mais intenso e extenso” (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 7 e 8). Já no conteúdo redacional do termo de visita de 27 de agosto de 1945, o inspetor expressa: “Conceito: Noto, entretanto que o Sr. Prof. Tomelin é esforçado e pontual e que o trabalho de nacionalização vem sendo muito bem conduzido.”

Como aspecto peculiar, nossa pesquisa permitiu demonstrar que mesmo após 1945, findo o Estado Novo, o serviço de inspeção nas escolas das colônias de imigrantes alemães do nordeste catarinense ainda assimilava a pregressa perspectiva nacionalista, estabelecendo uma continuidade dos ditames legais. Assim, a análise das atas de inspeção escolar elaboradas depois do período estadonovista contribuiu para delinear um quadro de permanências em que as dinâmicas da escola, os movimentos da comunidade e as interações entre os vários atores se efetivaram. O processo é lido em função de elementos culturais de identidade educativa que influenciaram e orientaram as ações de inspeção perante as transformações que a legislação buscou determinar. Então, é possível reunir elementos para responder à questão de como ficou o projeto de nacionalização nas escolas catarinenses até mesmo nos anos cinquenta.

Apresentamos, para tanto, componentes do discurso da inspeção escolar localizados e que preservaram os objetivos do nacionalismo. Em termo de visita redigido em 20 de outubro de 1946, o inspetor registrou no final de seu parecer e das recomendações: “O trabalho de nacionalização é bom.” (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 8). Novamente, temos um intervalo em que não há termos registrados no livro da escola. É somente, em junho de 1952, que um novo inspetor designado descreve sua visitação, apresentando um novo professor regente, a quem elogia: “É louvável o que o professor regente vem alcançando nesta localidade, em favor da escola e do ensino.” (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 9, grifo nosso).

Não há aqui alguma referência direta que possa nos autorizar a argumentar em prol da continuidade dos propósitos nacionalistas por meio da inspeção; porém, na redação lavrada em 4 de agosto de 1953, o mesmo

inspetor pondera: “Meus aplausos ao sr. Professor regente pelos ótimos resultados que vem alcançando com seus alunos juntamente com os pais dos mesmos. **Espero que continue com o mesmo entusiasmo a trabalhar na grande obra de educação e nacionalização dos pequenos que lhe são confiados.**” (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, p. 9, grifo nosso). Esse interessante parecer sugere que o ato de inspecionar ainda carregava consigo resquícios fortes das orientações legais das décadas anteriores. Permite-nos endossar o argumento de que as transformações na cultura escolar não ocorrem por decreto, mas que a continuidade e o devir histórico são necessários para a assimilação de perspectivas de mudança.

Ou seja, como se têm afirmado em algumas investigações, a escola alemã e sua cultura não acabam com os decretos do Estado Novo: as atividades pedagógicas e formativas nessa instituição social relacionadas às culturas locais contemporâneas das zonas coloniais de imigração, o movimento cotidiano de seus atores – alunos, professores, famílias e comunidade – tudo isso continua, dinamicamente, a oscilar entre a preservação e a transformação culturais! (SANTOS, 2006). Além disso, o conteúdo do parecer de inspeção se apóia no pressuposto de que o projeto educacional docente e das famílias era semelhante, citando novamente o papel da família na formação infantil! Desse modo, temos que o ideário da nacionalização permanecia! É possivelmente, embora não seja esse nosso objeto de investigação, resistências foram elaboradas pelas comunidades.

O mesmo inspetor voltou à escola, em novembro de 1954, quando elaborou o costumeiro elogio, ainda carregado de tom cívico: “Por tudo quanto me foi dado observar, deixo aqui consignados os meus sinceros louvores ao sr. Professor pela maneira patriótica com que vem cumprindo os seus sagrados deveres” (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 10). As referências à Pátria brasileira e à natureza da missão docente continuavam apontando a perspectiva ideológica nacionalista. O mesmo tom é trazido pelo inspetor na ata de vista de setembro de 1955, que assim termina: “Deixo consignados os meus sinceros **aplousos pelo grande trabalho educacional e nacionalizador desenvolvidos pelos senhores professores desta escola**, e de maneira especial o professor regente.” (ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL, 1936, p. 10, grifo nosso). Ora, findo o Estado Novo, o serviço de inspeção escolar naquela escola primária cata-



rinense, oriunda de antiga escola alemã, continuava ressaltando aspectos da campanha nacionalista em suas observações.

Debatendo sobre a inspeção escolar e a campanha nacionalista

Nosso escopo foi apresentar elementos de nossas pesquisas que possibilitem compreender as relações entre o serviço de inspeção escolar e a campanha nacionalista em território catarinense durante as primeiras décadas do século XX. A consulta à legislação de época, bem como a análise dos termos de visita dos inspetores, nos permitiram delinear as funções e competências desses profissionais da educação. (SOARES; SILVA, 2006). Do mesmo modo, lançamos luzes sobre o nível de comprometimento da inspeção com as orientações emanadas dos governos estadual e federal, especialmente quando a causa de abasileiramento defendida pela campanha de nacionalização deveria orientar a supervisão e controle das atividades nas escolas primárias, principalmente naquelas instituições classificadas como estrangeiras e situadas em núcleos de colonização européia no território brasileiro. Isso nos permitiu compreender que tal nacionalização significou um intenso e contínuo movimento que arregimentou diversos atores individuais e coletivos, destacando-se aqueles envolvidos na gestão das questões educativas nacionais.

Os resultados mostram que a inspeção escolar assimilou as orientações nacionalistas. A gestão se constituiu em instrumento técnico-pedagógico, mas também ideológico, ficando a serviço do enaltecimento de valores e atitudes tidos como alicerces do patriotismo, alvejando uniformização e homogeneização, buscando transformar as escolas em ambientes de geração de uma nova infância e juventude, autenticamente brasileiras.

Os inspetores escolares e os professores designados, orientados pela Diretoria de Instrução, agiram conforme as orientações nacionalistas, contrapondo-se às perspectivas sociais e culturais historicamente elaboradas nas comunidades de imigrantes. Os termos de visita continham exigências para a atuação docente, quanto às ações pedagógicas e aos conteúdos curriculares, que pretenderam utilizar a escola como veículo para a construção de uma identidade nacional: os alunos das escolas estrangeiras precisavam abandonar referenciais individuais, familiares e coletivos em troca da assimilação da língua vernácula, de conhecimentos sobre a Pátria e de preceitos

ético-morais impostos! Mas as práticas pedagógicas se confrontaram com a formação cultural das crianças, devido às influências familiares e de outras instituições originárias da imigração alemã, resistentes às metodologias coercitivas. No cenário configurado ao longo do primeiro quinquênio do século XX, os inspetores e os professores – estes como substitutos dos antigos docentes que ministravam aulas em alemão –, atuaram contrariamente à manutenção histórica das culturas escolares próprias das escolas primárias das regiões de imigração alemã catarinenses.

Outrossim, a perpetuação da aplicação de intenções para o abramileiramento da infância à internalidade dos trabalhos escolares, demonstrada em termos de visita de inspeção escolar após o Estado Novo, permite indagar sobre o alcance da campanha de nacionalização. No campo da pesquisa em história de instituições escolares, nos leva a contribuir nas discussões teórico-metodológicas sobre a cultura escolar, na medida em que a entendemos como “[...] um conjunto de normas que definem conhecimento a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos.” (JULIA, 2001, p. 9). Por isso, a discussão sobre o papel do inspetor escolar e suas relações com a campanha nacionalista nos auxilia na compreensão das tantas peculiaridades e vicissitudes da educação brasileira.

250

Referências

BERICHT der Kolonie-Direktion hammonia über das Jahr 1904. Hammonia, 1905.

BETHLEM, Hugo. **Vale do Itajaí** – jornadas de civismo. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

ESCOLA MISTA ISOLADA ESTADUAL ESTRADA ISABEL. **Livro do Termo**. Santa Catarina, 1936.



FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**: da formação à ação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GERTZ, René. Cidadania e nacionalidade: história e conceitos de uma época. In: MÜLLER, Telmo Lauro. (Org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LUNA, José Marcelo Freitas de. **O português na escola alemã de Blumenau**: da formação à extinção de uma prática – Ensinávamos e aprendíamos a língua do Brasil. Itajaí: Editora da UNIVALI; Blumenau; Editora FURB, 2000.

MÜLLER, Telmo Lauro. (Org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. (Org.). **Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso**. Campinas: Autores Associados; SBHE, 2000.

SANTOS, Ademir Valdir dos. A escrita bilíngüe nos cadernos escolares dos descendentes de imigrantes alemães e o nacionalismo: escrita para a Pátria? **Roteiro**, Joaçaba, v. 32, n. 1, p.75-94, jan./jun. 2007/2008.

_____. Escolas catarinenses após o Estado Novo (1945-1960): (des)nacionalização do ensino primário estrangeiro? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL", 7., 2006, Campinas. **Anais...** Campinas: HISTEDBR, 2006. CD-ROM. (v. 1, p. 1-25).

SAVIANI, Dermeval. A supervisão educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da idéia. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**: da formação à ação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHADEN, Egon. Aspectos Histórico e Sociológicos da Escola Rural Teuto-Brasileira. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 1., 1963, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1963.

REVISTA DE ENSINO PRIMÁRIO. **Legislação escolar** – 1922. Florianópolis: Directoria da Instrução Publica do Estado de Santa Catarina, 1922.

SANTA CATARINA. **Disposições relativas ao ensino privado**. Florianópolis: Livraria Moderna, 1919.

_____. **Programma de ensino das escolas isoladas das zonas colonias**. Aprovado pelo Decreto n. 1944, de 27 de fevereiro de 1926. Florianópolis: Imprensa Official, 1926.

_____. Ensino Primário Geral – **1944** – Informação anual acerca da organização e aproveitamento. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento Estadual de Estatística. Escola Isolada Municipal Lauro Muller. Jaraguá do Sul. [s.n.].[s.d.].

SCHWARTZMAN, Simon. (Org.). **Estado Novo, um auto-retrato**. Brasília: CPDOC/FGV, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

SOARES, Maria Lucia de Amorim; SILVA, Leandro Nunes da. Diário de trabalho: relatos de um inspetor distrital de ensino sorocabano em 1925. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL", 7., 2006, Campinas. **Anais...** Campinas: HISTEDBR, 2006. CD-ROM. (v. 1, p. 1-15).

Prof. Dr. Ademir Valdir dos Santos
Universidade Tuiuti do Paraná | UTP
Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e História:
Cultura Escolar e Prática Pedagógica
E-mail | ademir.santos@utp.br

Recebido 10 out. 2008

Aceito 26 jan. 2009